

Romance desinterpretado, romance reiventado

Em torno da noção de invenção reside, estou em crer, um dos aspectos fundamentais que envolvem o “Conde Claros en hábito de fraile” da Tradição Oral Moderna Portuguesa, aspecto esse que requer um tratamento muito especial. Trata-se de algo dispersamente focado ao longo deste estudo e que urge ser abordado de forma una e coerente.

A observação atenta do *corpus* das versões portuguesas desperta-nos a atenção para uma reelaboração do romance em causa. Obviamente, esta afirmação é sustentada no conhecimento que felizmente temos de uma versão que reflecte o formato e a interpretação que o “Conde Claros en hábito de fraile”, no século XVI, assumia: a história narrada é a de um conde que pede ao seu imperador a mão da infanta e que é preterido. Contudo, os dois já se encontravam apaixonados e envolvidos, o que resulta na gravidez da infanta e na sua consequente condenação à morte. Perante este facto, o conde tudo faz para salvar a amada. Adivinha-se, portanto, um final feliz: os amantes fogem juntos.

Ora, penso ter ficado claro, após a análise das versões modernas portuguesas, que o romance reflecte uma transfiguração significativa nesta tradição: deixamos de ter uma solidariedade inquebrável entre o conde e a amada, a mesma solidariedade que levou, na Tradição Antiga, a que esta personagem desafiasse a lealdade e a submissão ao imperador, subvertendo a ordem instituída, em prol da mulher amada. Esta quebra de solidariedade traduz-se na indecisão em proceder ao salvamento e inclusivamente no desprezo pela vida da donzela que muitas versões portuguesas

apresentam, tal como tive a oportunidade de mostrar (recordo, nesta perspectiva, o que escrevi acerca do episódio da “entrega das cartas”).

Mas vamos por partes. Em primeiro lugar, é meu dever questionar o porquê da tal reelaboração, ou melhor, se a tradição impressa do século XVI apresenta um herói, no sentido clássico do termo, é-de crer que o processo de questionação e corrosão desse herói se tenha iniciado posteriormente ao século XVI. Estamos, com certeza, perante uma acção produzida no seio da vida oral do romance. Por outro lado, que motivo poderia ter desencadeado esse processo transfigurador?

Pois bem, a solução parece encontrar-se numa leitura diacrónica comparativa da Tradição Antiga e da Tradição Oral Moderna, neste caso a portuguesa. Proponho que esta transformação que mexe com os alicerces mais profundos do romance possa ter tido origem numa desinterpretação ocorrida ao nível discursivo. De regresso ao romance velho, mais precisamente ao episódio da “entrega das cartas” ao conde, atentemos na já citada fórmula “vno me da que la quemem / vno me da que la maten” (vv. 85-86), cujo sentido aponta para a explicitação do conteúdo das cartas. Observamos, também, como uma grande parte das versões portuguesas, no segmento narrativo correspondente, apresenta qualquer coisa como: “Não se me dá que a queimem, / nem que a mandem queimar, dá-se me do ventre dela / que leva sangue real.” Com efeito, estamos na presença de uma das fórmulas mais produtivas, que surge num grande número de versões modernas, nalgumas delas mais do que uma vez. Ora, uma desinterpretação fonética da antiga fórmula do século XVI, muito provavelmente conduziu a tradição a produzir: “No me da que la quemem, no me da que la maten”, o que traz consequências imediatas e óbvias do ponto de vista semântico. Uma nova interpretação começa a ser, pois, desenhada, a partir deste

momento que não se pode precisar em termos cronológicos. Podemos afirmar que no século XVI estaria ainda em embrião.

Este pequeno percalço interpretativo e, se quisermos, inventivo, por parte da Tradição Oral introduz, automaticamente, grandes transformações: o Conde Claros não se preocupa com a morte da amada, podemos traduzir.

Temos, pois, dado o mote para uma quase total reivenção do romance, a qual se propaga à configuração das personagens, às relações mantidas entre elas e inclusivamente à estrutura fabular do poema. É, então, à luz deste fenómeno que poderemos explicar a reconfiguração moderna da personagem Conde Claros, bastante evidente nas versões em que figura esta fórmula. Por norma, tal como aqui ficou dito, o “não se me dá que a queimem, nem que a mandem queimar” (ou paráfrases equivalentes) é acompanhado de uma preocupação linhagística. É aqui desfeita a ambiguidade: o conde decide salvar a rapariga, mas não por ela. Em primeiro lugar encontra-se agora a manutenção da sua linhagem, o que afasta consideravelmente a nova atitude do conde daquela que é apanágio do herói do século XVI.

Opera-se, neste âmbito, uma verdadeira remodelação nas relações sociais entre as personagens. O conde é quem, agora, simboliza o escalão social e linhagístico mais elevado, o tal “sangue real” que a donzela transporta no seu ventre. Ela é, agora, uma mera plebeia, que é resgatada enquanto portadora dessa linhagem nobre, que é a do Conde Claros (ainda que nem sempre seja plebeia, é entedida pela Tradição Moderna com inferioridade, relativamente ao conde). O seu pai deixa, conseqüentemente, de ser o imperador, cume da hierarquia a quem o conde presta vassalagem, para ser apenas o pai tirano da donzela. É importante assinalarmos esta metamorfose no seio do entendimento das personagens, pois ela deriva também da descaracterização do romance proporcionada pela deturpação discursiva de que temos vindo a falar.

Todavia, a reivenção tradicional não se fica por aqui. Já vimos como um novo entendimento do Conde Claros se começa a desenhar, um conde que já não age movido por ideais de honra e amor. Creio, de facto, poder também clarificar a obscura anexação das contaminações iniciais à luz da reivenção tradicional. Posso concluir, então, que esta anexação de segmentos narrativos iniciais ocorre após o início do processo de deturpação da fórmula atrás mencionada. As contaminações iniciais, fruto da criatividade do “autor-legión” convergem, também elas, no sentido de dar credibilidade a uma história que, por força das vicissitudes decorrentes da sua exposição a um ambiente oral, se descaracterizou. Vejamos como “La apuesta ganada” e / ou “Aliarda” preparam, desde logo, o novo comportamento do conde, bem como deixam prever o tipo de laço que o vai unir à donzela (a menina é enganada pelo conde, facto este que antecipa o mau carácter do mesmo, pois adverte imediatamente para o papel que a mulher desempenha na sua vida, que é, indubitavelmente, o de mulher objecto, ao mesmo tempo que torna coerente a preocupação com o filho, único elo que o liga a ela).

Aponto, nesta perspectiva, que o novo papel que a Tradição Moderna Portuguesa concede ao frade, por mim atrás esboçado, o qual transita de mero disfarce a personagem com vincados traços de personalidade, ainda que essa caracterização passe por um filtro, que é o do anticlericalismo rural, pode ser interpretado no sentido de vincar precisamente o novo lado mais pícaro e ardiloso do Conde Claros.

A tradição encarrega-se, muitas vezes, de completar esta reivenção semântica do romance através de pequenos outros indícios: nalguns textos, verifica-se uma necessidade de punir o Conde Claros pelo seu comportamento menos próprio, (veja-se novamente a versão (71), da Madeira, que introduz versos do “D. Aleixo”, em que

o conde é punido por ter enganado a donzela). Noutras, por exemplo, a Tradição Portuguesa sente que deve encontrar outro final para o romance, que não o tradicional. Daí termos versões que não concebem a união final dos amantes, casos esporádicos, estes, já por mim aqui apontados.

Não podemos alargar, claro, esta noção de reinterpretação do romance à totalidade da Tradição Portuguesa. Com efeito, a tendência da tradição vai, nitidamente, neste sentido, o que me conduz a conceder tanto ênfase a esta reelaboração e a sugerir as suas possíveis causas, numa perspectiva diacrónica e processual. A Tradição Oral Moderna Portuguesa conserva ainda versões que não manifestam alterações sintomáticas de interpretação das personagens, por exemplo. Assim, pese embora a presença das contaminações iniciais, a omissão da fórmula “Não se me dá que a queimem, nem que a mandem queimar” produz resultados interessantes, pois, deste modo pode assegurar-se a configuração secular do Conde Claros enquanto herói de cavalaria, ao mesmo tempo que não são postas em causa as relações entre as personagens (o conde continua, por amor, a salvar a infanta da morte). Nestes casos, cuja interpretação a presença das contaminações poderia, eventualmente, fazer tremer, são-nos acrescentados versos que atestam, desde o início, as boas intenções do Conde Claros, impedindo-se, desta forma, a descaracterização da sua personalidade (confirmar, a este respeito, com os textos mencionados na nota 61 da II Parte).

Tarefa mais complexa é prever se, esquecendo a “eterna agonia” em que o Romanceiro Oral se encontra, o “Conde Claros en hábito de fraile” caminha no sentido de consolidar essa reconfiguração que algures a tradição iniciou, isto é, será que esta tendência inventiva se alastraria mesmo aos ramos da tradição que ainda preservam incólume o antigo sentido que o romance apresentava há quinhentos anos

atrás, ou se persistirão sempre redutos ou núcleos resistentes à inovação? Muito provavelmente, nunca chegaremos a obter resposta para esta questão, tendo em conta o estertor que sentencia a morte do Romanceiro enquanto género oral.

Resta-me, com isto, fazer notar que a confirmação absoluta desta tese só será alcançada quando um estudo minucioso deste romance na Tradição Pan-Hispânica for levado a cabo, mediante a observação detalhada do seu comportamento em cada sub-tradição.

Por último, devo acrescentar que o que aqui acabo de sugerir acerca da relação entre a desinterpretação de uma fórmula discursiva e a progressiva reinterpretação do “Conde Claros en hábito de fraile” que daí advém resulta de um estudo aturado da Tradição Antiga, sem o qual não teria de todo sido vislumbrado, o que comprova que devemos procurar nesta fase do Romanceiro, se não todas, pelo menos algumas das respostas para os problemas actualmente levantados pela Tradição Moderna.